

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Altair Silva - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, faço hoje um registro especial a respeito da Associação Brusquense de Esporte e Lazer.

Recebi, em meu gabinete, o Luciano, que é amigo do Fernando, o Moreto, que é um dos grandes profissionais do esporte e do voleibol profissional do país e que, inclusive, já trabalhou em algumas prefeituras, em alguns projetos, como a liga nacional, e que tem um grande serviço prestado a Santa Catarina.

Foi professor, monitor de escolinha, descobriu novos atletas que chegaram a medalhas olímpicas, a títulos nacionais. Agora, no município de Brusque, está realizando um grande trabalho social e

esportivo, que é coordenado pelo vereador Alessandro Simas.

Então, deixo aqui o meu abraço ao Fernando, ao Luciano, ao Moretto e, especialmente, ao vereador Alessandro Simas, da Associação Brusquense de Esporte e Lazer, pelo trabalho que vêm fazendo naquela entidade. É um trabalho que realmente dignifica o estado de Santa Catarina e o município de Brusque. Parabenizo todas as pessoas da secretaria de Esporte, que estão empenhadas neste trabalho. Temos procurado dar apoio, mesmo que humilde, fazendo a interligação das ações da Associação Brusquense de Esporte e Lazer com o governo do estado.

Quero aproveitar para registrar a presença nesta Casa do vereador Clovis Bergamaschi, ex-prefeito de Penha, do Cleberson Bezerra e do vereador Claudinei Pressi, presidente da comissão de Segurança, que nos auxiliaram na realização de uma audiência pública envolvendo os municípios de Penha, Piçarras, Barra Velha e Navegantes.

Na verdade, trata-se de uma região interligada, metropolitana. Levamos ao secretário da Segurança Pública, César Grubba, o relatório da audiência com os pleitos. Já ocorreram ações. O secretário imediatamente acionou o comando das Polícias Militar e Civil para ações de segurança naqueles municípios.

Hoje teremos uma audiência com o chefe da Polícia Civil de Santa Catarina, dr. Aldo d'Ávila, na qual serão entregues os relatórios das audiências públicas contendo os pedidos para melhorar aquela região.

Sabemos que o diretor de Polícia do litoral, dr. Artur Nitz, tem realizado ações de segurança naquela região, bem como o delegado-geral e a Polícia Civil.

Na época em que estivemos no comando, atendemos aquela região, já que Penha é sede do Beto Carrero World, um dos maiores parques de diversão da América Latina, com reforço do efetivo dentro do possível, reforço de viaturas, equipamentos. Sabemos que a Polícia Militar e a Polícia Civil fazem um esforço tremendo dentro das

suas condições para melhorar a questão da segurança naquela região.

Sr. presidente, hoje teríamos uma reunião da comissão de Segurança, mas como ainda há assuntos que estamos encaminhando sobre os policiais civis e militares, a reunião foi adiada, mas ainda acontecerá, quando debateremos os projetos que foram encaminhados à Casa.

Catarinenses, queremos tratar agora sobre um projeto de lei que tramita nesta Casa e que se refere à legislação de trânsito. Entendo que a questão do trânsito, assim como o combate e a prevenção ao consumo de drogas, deve ser incluída no currículo escolar no estado e em todos os municípios.

Hoje, eu senti o drama de um pedestre que precisava cruzar a faixa de segurança em Balneário Camboriú, que é uma cidade com muitas pessoas se deslocando, seja para o trabalho, para o comércio ou para a praia. Uma cidade que está relativamente bem sinalizada em termos de faixas de segurança para pedestres, mas mesmo assim, há muitos motoristas estressados, que não respeitam a sinalização. Porque o pedestre só consegue cruzar a rua quando não passa carro. Ora, se é para cruzar somente quando não vem nenhum veículo, nem adianta ter faixa de segurança! Tirem as faixas e todo mundo ficará esperando a boa vontade de um condutor ou que não venha nenhum veículo, porque hoje o cidadão pisa na faixa, dá dois ou três passos e já é obrigado a retornar, pois os carros não param. É um absurdo!

Tem que haver policiamento próximo nas faixas e o veículo condutor que não respeitar a faixa, tem que ser autuado! Eu respeito a legislação de segurança, temos que ser corteses no trânsito. Hoje, quando eu parei antes da faixa, porque havia um garoto para atravessar, ele me fez um sinal positivo como se eu estivesse fazendo uma grande vantagem em permitir a sua passagem! Na verdade, eu não estava fazendo nada mais do que a minha obrigação.

Nós vamos ter que pedir a colaboração de todas as autoescolas para fazer um trabalho de

conscientização no trânsito. Vamos respeitar a faixa de segurança, respeitar os pedestres, todos nós somos pedestres. Temos que fazer um mundo mais cordial, com mais respeito entre as pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência dá as boas-vindas ao deputado Altair Silva, que retornou ontem a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, do PSOL, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, obrigado pela calorosa acolhida; demais colegas deputados presentes, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, assim como os presentes neste plenário nesta tarde de quarta-feira.

Quero, inicialmente, falar do incêndio que houve, na semana passada, no depósito de fertilizantes à base de nitrato de amônia em São Francisco do Sul, na região portuária do município. E quero fazer uma reflexão a respeito da nossa Defesa Civil, que mereceu aplausos porque na semana anterior conseguiu prevenir, informar e divulgar sobre as fortes chuvas que caíam no estado, de forma que os efeitos de toda aquela chuva foram bem pequenos se comparados a episódios anteriores. Já na semana seguinte, nessa questão do incêndio em São Francisco do Sul, aconteceu o contrário, a Defesa Civil estava completamente desprevenida, assim como os demais órgãos públicos do estado.

A Defesa Civil começou dizendo que era tóxica a fumaça, depois disse que não era e depois voltou a dizer que era, como se fosse possível existir fumaça não tóxica, ainda mais queimando um produto químico como o nitrato de amônia. Por isso, os bombeiros, sem orientação alguma, foram para lá e alguns acabaram até hospitalizados em virtude de intoxicação.

Nossa fala não se destina a criticar ninguém em especial, mas é para que o estado e suas

instituições reflitam sobre os riscos que cercam a nossa sociedade.

Quero fazer também uma reflexão acerca da dificuldade de se aprovar nesta Casa Legislativa o PL n. 0065, de 2013, que deveria ter sido votado antes do recesso de julho, mas que ficou para depois porque o PIB da região de Joinville, norte do estado, veio para cá mais uma vez, daquela feita para não deixar votar.

Eu quero ler, nesta oportunidade, uma nota do jornalista Carlos Damião, com quem tive a alegria e a honra de estudar algumas disciplinas na UFSC, na década de 90. O texto dessa nota no jornal *Notícia do Dia* de hoje é o seguinte:

(Passa a ler.)

"Faturando com o desastre

Que bom que vários órgãos públicos estão interessados, até voluntariamente, em saber o que ocorreu em São Francisco do Sul na semana passada. Conteí, na terça, pelo menos dez órgãos dispostos a averiguar as causas e a determinar responsabilidades. Melhor seria, sem dúvida, que todos se empenhassem em adotar posturas preventivas, para evitar a repetição de um episódio ambiental tão danoso. Aliás, que fim levou o projeto que dava poder de polícia ao Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina? Continua na Assembleia Legislativa, emperrado graças às forças ocultas que pressionam deputados a aceitar influências de entidades privadas e partidos políticos quanto à votação de matéria tão relevante. Aliás, é muito curioso que o tal 'incêndio' químico tenha ocorrido em São Francisco do Sul, cidade situada justamente na região onde funciona o Corpo de Bombeiros Comunitário mais poderoso do estado. Se perguntar não ofende: por que não fiscalizaram o tal galpão da Global Logística e Transportes antes do desastre ambiental? Bombeiros, sejam voluntários, comunitários ou militares, não podem se sujeitar a interesses políticos ou empresariais." [sic]

Eu acho que o nosso amigo Carlos Damião deixa nesse comentário a dica, a informação. Por que não se dá poder ao bombeiro militar de Santa Catarina

para impedir que um produto químico tóxico possa ser armazenado de forma clandestina? Uma imensa empresa, com toneladas de produtos químicos armazenados sem autorização. Os bombeiros não sabiam como agir, porque sequer sabiam inicialmente o que havia lá dentro.

Talvez por isso o PIB de Joinville e da região não queira que os bombeiros militares coloquem os pés naquela cidade, porque preferem continuar financiando e mandando na instituição. Eu falo isso com todo o respeito aos bombeiros voluntários de Joinville e de outras cidades, mas é preciso que a autoridade do poder público possa prevalecer nessa questão e em outras também.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero referir-me à nota do jornalista Carlos Damião, pois acho que duas coisas devem ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, não existem as tais forças ocultas mencionadas por ele, as forças são explícitas. Em segundo lugar, em São Francisco do Sul existe o bombeiro militar em parceria com o bombeiro comunitário, os dois trabalham juntos; a Polícia Militar cobra as taxas e o bombeiro voluntário atende a população.

Eu só estou deixando clara essa questão, mas não retiro nada do que v.exa. falou sobre a falta de prevenção, porque infelizmente no Brasil somente se trabalha a recuperação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

A verdade é que há dois ou três anos houve uma guerra neste plenário porque acabou o verão e deixaram dois ou três bombeiros no posto da Enseada para fazer o trabalho de atividade técnica. Repito, houve nesta Casa uma rebelião, eu achei que havia uma guerra civil lá no norte.

Então, este é o elemento que precisa ser colocado: em São Francisco do Sul está instalado o bombeiro militar, mas também o bombeiro

voluntário, que historicamente atende naquela cidade, mas que até hoje resiste à presença do estado nessa área, representada pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Mas não é para haver esse conflito entre os bombeiros militares e bombeiros voluntários, porque ambas as instituições são importantes. Agora, o poder público precisa assumir a responsabilidade, e a aprovação do projeto que dá poder de polícia à instituição pública é absolutamente necessária.

Por fim, quero usar a maior parte do meu tempo na tribuna para falar da minha expulsão do PDT, da minha fidelidade aos princípios programáticos, fidelidade essa que se chocou com as alianças fisiológicas com a direção estadual do partido em nosso estado.

Se por um lado isso indigna, por outro honra e liberta. E quero aproveitar a oportunidade para agradecer todas as manifestações de apoio vindas nos últimos dias, dos mais diversos setores, não só de pessoas da nossa relação, que fizeram campanha ou que votam no deputado Sargento Amauri Soares, mas de diversos setores da sociedade, pessoas do povo, personalidades públicas, muitas, inclusive, pedetistas.

Tenho em mãos um conjunto de pequenas notas de apoio e mais de 30 páginas nas redes sociais, só de ontem para hoje. Muitas entidades, como o Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Balneário Camboriú; diversos pedetistas - e não vou citar nome nenhum porque lá prevalece a caça às bruxas ou a caçada da bruxa.

Tenho a nota do ex-senador e ex-deputado federal Jaison Barreto, a qual espero amanhã ter a oportunidade de ler na íntegra, porque é uma figura histórica da política catarinense, uma personalidade da mais absoluta confiança do povo catarinense, não obstante diferenças político-ideológicas existentes. Ele não foi governador do nosso estado em 1982 por 12 mil votos, e eu me sinto honrado por haver recebido essa nota de apoio e solidariedade desse grande personagem da

história do estado de Santa Catarina, companheiro, eu posso assim dizer, que é Jaison Barreto.

A filiação no PSOL foi o caminho natural para continuarmos fazendo o trabalho que temos feito nos últimos sete anos e para fortalecer esse trabalho de reaglutinação do bloco de forças sociais que lutam - e que precisam lutar e organizar-se mais - pela transformação da sociedade catarinense e brasileira em uma sociedade efetivamente livre, igualitária e fraterna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, líder da bancada do PSOL nesta Casa.

Com a palavra, por até dez minutos, o próximo orador inscrito, o nobre ex-deputado federal e médico, deputado Serafim Venzon, que foi também secretário de Assistência Social e que agora presta os seus préstimos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Quero, inicialmente, cumprimentar toda equipe de administração da prefeitura de Brusque, já que hoje tem início a 28ª Fenarreco, a Festa Nacional do Marreco. Esse é um momento em que se achegam a Brusque muitos amigos e fornecedores e quando muitos empresários aproveitam para receber os seus clientes nas acomodações do prédio público onde acontece a Fenarreco.

Por isso que esse é o momento de as pessoas irem conhecer Brusque e de os próprios brusquenses, a sociedade organizada, o Lions, as associações profissionais e as entidades empresariais aproveitarem para se encontrar.

Também quero cumprimentar o prefeito Napoleão Bernardes, de Blumenau, que amanhã fará a abertura da Oktoberfest, uma festa já conhecida nacionalmente e que, seguramente, atrairá muita gente para aquela cidade e para Brusque, conseqüentemente.

Quero ainda cumprimentar um brusquense que desde segunda-feira assumiu o cargo de secretário de Turismo, Cultura e Esporte, o sr. Valdir Walendowsky, que é o presidente da Santur e que de agora em diante acumulará também o cargo de secretário de estado.

Hoje pela manhã a comissão da Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, esteve reunida e recebeu representantes dos Sindicatos da Saúde das regiões de Lages, Florianópolis e Joinville, além de representantes da Federação dos Funcionários da Saúde, para discutir a questão do piso salarial.

Como é do conhecimento de todos, cada categoria sindicalizada discute o seu salário com a parte patronal, e o valor acordado é aplicado na grande maioria do estado. Mas existe um grande número de funcionários que não pertence a uma categoria sindical e que acaba perdendo o poder de barganha na hora da contratação.

Por isso o governo do estado já criou, basicamente, quatro faixas salariais. A primeira, a menor, fica logo acima do salário mínimo de R\$ 765,00, que vale para a área da agricultura, da indústria extrativistas, das empresas de pesca e aquicultura, das empregadas domésticas, coisa assim. Depois vem o segundo piso, que é de R\$ 793,00, que vale para as indústrias do vestuário e calçados, fiação e tecelagem, de artefatos de couro, de papel e papelão e para os empregados em estabelecimentos de serviços de saúde.

Ainda existem mais dois pisos: um no valor de R\$ 835,00, que serve para as indústrias química farmacêutica, cinematográfica, de alimentação, para os empregados no comércio em geral e outros. E outro, no valor de R\$ 875,00, válido para as indústrias metalúrgica, mecânica, gráfica, de vidro, cristal, espelho e diversas outras categorias.

Ressalte-se mais uma vez, por oportuno, que esses valores mínimos valem sempre para as categorias que não estão sindicalizadas, que não estão vinculadas a nenhum sindicato.

Hoje, pela manhã, os representantes do sindicato vieram até a comissão, convocados pelo

presidente, para discutir a questão dos empregados em estabelecidos privados de saúde, porque quando é funcionário público ou é empregado em hospital público, valem as regras do edital, digamos, para a seleção. Mas estou falando especificamente dos empregados em estabelecimentos privados de saúde, dos quais existem em Santa Catarina 180 hospitais aproximadamente, que atendem, além dos convênios, preferencialmente o SUS. Além dos hospitais existem ainda outras casas de saúde e algumas clínicas que poderiam também enquadrar-se na categoria do mínimo com valor de R\$ 793,00.

A intenção da categoria é justamente melhorar esse valor. É um valor muito pequeno, porque os hospitais ditos privados, que na verdade são hospitais filantrópicos, beneficentes, pertencentes fundações, a igrejas, a grupos de boa vontade, a pessoas que dão apoio e querem oferecer serviços de saúde nos nossos municípios, mas que, infelizmente, recebem um valor muito pequeno.

O valor que é repassado pelos procedimentos pelo SUS é tão pequeno que acaba deixando os diretores dos hospitais com dificuldades para conseguir pagar seus empregados. Agora, quando chega o mês de novembro, por exemplo, a grande maioria dos hospitais faz rifas, jantares beneficentes, busca apoio de empresários para conseguir recursos para honrar a folha de dezembro, o 13º salário e as férias de seus colaboradores. Por quê? Porque aquilo que eles recebem não dá para pagar a folha normal, o que dirá o 13º salário e as férias!

Mas isso ocorre por causa de valores muito pequenos que são praticados na saúde. Quer dizer, o último aumento que se deu na saúde foi em 1996, já lá se vão 17 anos. No entanto, a arrecadação do governo federal aumentou no mínimo 600%, aumentou no mínimo seis vezes nesse período!

Sendo assim, louvamos as iniciativas de melhorar o salário desses servidores, o que será muito mais fácil se o SUS simplesmente reajustar sua tabela!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência quer fazer o registro da presença da Daniela, que está aqui representando as mulheres que passaram no último concurso público da Polícia Militar, no qual aconteceu o mesmo ocorrido, deputado Edison Andrino, no concurso dos bombeiros.

Faltaram homens, mas sobraram mulheres, porque o percentual máximo do sexo feminino na corporação é de 6%. Com isso, estão sobrando 143 vagas e há 211 mulheres aptas, aprovadas, que passaram em todos os testes, mas que não podem ser convocadas a assumir.

Nós avisamos que isso iria acontecer isso. E ainda há mais 500 vagas anunciadas ontem pelo governador, com as quais vai acontecer a mesma coisa.

Eu sei que vamos tratar desse assunto aqui, para vermos a possibilidade de aproveitar, pelo menos, essas mulheres que passaram em todos os testes para que possam preencher as 143 vagas disponíveis e para as quais não foram aprovados homens suficientes.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, essa é uma injustiça, deputado Kennedy Nunes, que esta Casa pode corrigir num trabalho conjunto com a secretaria de Segurança e a Procuradoria-Geral do Estado, porque as mulheres têm provado, nos cargos que ocupam, que são muito competentes.

E aproveitando esse assunto, quero falar de uma mulher que acabou de deixar o Serviço do Patrimônio da União de Santa Catarina, Isolde Espíndola, que recentemente esteve neste plenário, numa audiência pública organizada pelo deputado federal Esperidião Amin e por mim, para discutirmos as questões atinentes aos terrenos de marinha, pois duas PECs tramitam no Senado da República, além do Projeto de Lei n. 5.627, de origem governamental.

Isolde Espíndola fez um grande trabalho à frente de delegacia do SPU de Santa Catarina. Eu tenho, inclusive, discordâncias com ela em relação a algumas atitudes tomadas pelo órgão que dirigia atinentes a projetos, à propriedade de terrenos de marinha, pois tenho uma posição diferente da dela. Acho, inclusive, que temos que acabar com essa figura de terreno de marinha, pois o único país do mundo que trata essa questão como propriedade do estado é o Brasil. Não tem sentido, mesmo porque o Código Florestal já trata dessa questão como área de preservação permanente. Agora, não pode é o estado ser proprietário dessas áreas e cobrar aluguel das pessoas que ocuparam historicamente esses terrenos e vivem pagando permanentemente alugueis para o governo.

Mas a verdade é que a Isolde pegou aquela delegacia em frangalhos, praticamente falida, sem funcionários. Ela providenciou a restauração do prédio, conseguiu que funcionários da Eletrosul fossem postos à disposição do SPU e fez um belo trabalho, pois é uma mulher democrática, que discute as questões.

Eu já participei com ela de várias audiências públicas referentes a terrenos de marinha e acho que atrás daquela aparente fragilidade da Isolde, há uma mulher forte, boa gestora, competente, cuja saída do SPU de Santa Catarina eu lamento muito.

Não sei o motivo, e espero que se coloque no seu lugar uma pessoa que, no mínimo, faça o trabalho que ela fez na delegacia do SPU de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, nessa audiência pública da Câmara Federal foi discutido esse projeto de lei do governo federal que resolve amenizar um pouco a cobrança do laudêmio dos terrenos de marinha no Brasil. Hoje o cidadão paga 5% de taxa de ocupação dos terrenos de marinha, ou seja, 5% sobre o valor venal do terreno. Agora vai passar a pagar 2%. O governo também cobra 5% na transferência desses imóveis, com se fosse uma imobiliária, uma corretora de imóveis e agora também vai cobrar 2%.

Então, o governo federal amenizou um pouco a mordida, porque existe um movimento no Brasil para acabar com a figura dos terrenos de marinha. Apenas na Câmara Federal existem 17 projetos de lei, várias emendas constitucionais, enquanto no Senado há duas PECs. Com isso o governo decidiu amenizar a mordida e mandou esse projeto que está tramitando na Câmara Federal. Fui convidado, inclusive, para uma audiência que ocorrerá em Angra dos Reis. Fui convidado também para ir a Belém do Pará, porque é uma questão na qual me envolvo muito.

Eu sugeri duas emendas que são importantes para as prefeituras. V.Exa. sabe por que esses terrenos têm um valor importante e significativo? Porque as prefeituras investiram na estrutura dos balneários, em ruas pavimentadas, praças, saneamento básico. Quem investiu nisso foram as prefeituras; a união nunca investiu um tostão nas regiões onde há terrenos de marinha, mas a receita vai para o poder central.

Assim, apresentei a esse projeto uma emenda, que entregarei à Mesa amanhã ou na semana que vem, no sentido de que um percentual da receita dos laudêmios são cobrados pela união seja destinada aos municípios.

Quando fui deputado federal aprovamos a Emenda Constitucional n. 46, através da qual retiramos da união as ilhas que são sedes de municípios. Em Santa Catarina há as ilhas de São Francisco do Sul e de Santa Catarina.

Mas houve uma interpretação do Ministério Público, se não me engano, de São Luís do Maranhão, de que a união não poderia cobrar taxa de ocupação. Essa discussão perdurou por um bom tempo e o SPU decidiu fazer a demarcatória da linha de preamar da ilha de Santa Catarina, que não havia sido feita ainda. Durante esse tempo - sete anos -, a união não cobrou mais taxa de ocupação dos terrenos de marinha da capital, que são mais de 20 mil, mas agora quer cobrar os atrasados de sete anos de uma coisa que é culpa sua e não dos ocupantes.

Então, vamos entregar por escrito outra emenda no sentido de que não seja cobrada taxa de ocupação dos terrenos de marinha na ilha de Santa Catarina que não foram cobrados por culpa da própria união. Que se cobre daqui para frente, mas o atrasado, não. Na época houve a concordância da superintendente Isolde, que achou que a nossa proposta era justa, porque não fazia sentido um cidadão pagar sete anos de atrasados.

É interessante que se faça essa emenda ao projeto de lei. Eu creio que esse assunto é importante, porque o litoral catarinense é vasto e há lugares onde não há mais terreno de marinha, porque a linha imaginária usada para medir é de 1831. Ora, de lá para cá o mar já cobriu todos os terrenos de marinha, só que o governo federal ainda cobra taxa de ocupação.

A função do estado é atuar na educação, na saúde e na segurança, e não alugar imóvel dos ocupantes de terrenos de marinha.

Mas, afinal de contas, o que é um terreno de marinha? Pela definição da lei, é aquele localizado na beira do mar, dos rios e dos lagos, que sofram influência de marés.

Eu pretendia criar uma frente parlamentar para tratar dessa questão, a fim de pressionarmos o Congresso a votar, de uma vez por todas, uma emenda constitucional que mexa no inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e acabe com os terrenos de marinha no Brasil. Essa emenda contribuiria com os prefeitos, no sentido de terem mais recursos, e também com os contribuintes da ilha de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O mais engraçado é que essa medição, que eles garantem ser de 1831, era o espaço que os canhões tinham que ter para, em caso de defesa, poder chegar na beira do mar, uma vez que não alcançavam mais de 50m.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, por nossa solicitação foi cedido o espaço do auditório Antonieta de Barros para ser realizado, no próximo dia 11, o V Fórum de Discussão em Diagnóstico Bucal.

Reservei esse espaço porque entendi a importância de um assunto que merece toda a nossa atenção e preocupação. E eu não sabia que a repercussão era tão grande, tanto que questionei as pessoas que vieram solicitar o nosso auditório. E perguntei-lhes: por que o auditório Antonieta de Barros? Um auditório grande, no qual se colocarem 200 pessoas, vocês acharão que não há público. E eles me disseram que o auditório ficaria lotado. E eu meio que fiz uma aposta de que não lotaria.

Pois bem, na tarde de ontem me procuraram e informaram que tiveram que suspender as inscrições porque o auditório já estava lotado. É uma mostra de que realmente esse é um assunto que preocupa as pessoas que atuam na área e que precisa ser debatido. Esse fórum é, na verdade, uma preparação para um congresso que haverá sobre esse assunto, em Florianópolis, no mês de abril do ano que vem.

(Passa a ler.)

"O câncer bucal é um problema de saúde pública responsável por um elevado número de doentes e mortes anualmente. É importante ressaltar que, se diagnosticado em fases iniciais, o câncer bucal é curável.

Uma estatística nada animadora e desconhecida entre a maioria dos brasileiros, que pouco se previnem, é a de que o câncer de boca já ocupa o sétimo lugar no país em número de casos diagnosticados.

Os fatores que podem levar ao câncer de boca são idade superior a 40 anos, vício de fumar cachimbos e cigarros, consumo de álcool, má higiene bucal e uso de próteses dentárias mal-ajustadas.

A maioria dos casos de câncer de boca, infelizmente, ainda é diagnosticada em fases clínicas já avançadas. Os aspectos que contribuem para esse problema podem ser representados pelo difícil acesso à saúde e à informação de alguns pacientes, o despreparo dos profissionais da área da saúde, além da desarticulação entre as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento.

No Brasil demora-se cerca de seis meses para diagnosticar um câncer bucal, sendo que 85% dos casos são diagnosticados em estágios avançados. Além disso, menos de 8% dos cirurgiões-dentistas utilizam a biópsia como exame complementar para diagnóstico dessa e de outras doenças.

Chama-se a atenção para o fato de que vários programas de saúde bucal têm sido realizados no Brasil; entretanto, a maioria não tem considerado o diagnóstico precoce do câncer, mas apenas as doenças periodontal e cárie como os principais problemas de saúde pública da população brasileira.

O principal sintoma desse tipo de câncer é o aparecimento de feridas na boca que não cicatrizam em uma semana."

Assim, trago esse assunto para chamar a atenção da população e também parabenizar os idealizadores do V Fórum de Discussão de Diagnóstico Bucal pela iniciativa e também pela organização do congresso a respeito desse tema.

Sr. presidente, quero aproveitar o tema para enfatizar as atividades que foram realizadas por iniciativa da Assembleia Legislativa, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com o apoio da Mesa Diretora, acerca dos eventos sobre a Semana de Mobilidade Urbana ocorrida na semana passada.

Importantes técnicos estiveram informando-nos a respeito da legislação que regula esse tema no Brasil e da importância dos municípios estarem atentos a essa questão, já que a partir de 2015 terão que apresentar os seus planos de mobilidade urbana.

Houve a realização de uma oficina durante dois dias, da qual saíram importantes contribuições ao

projeto de lei que apresentei nesta Casa e que cria o sistema cicloviário em Santa Catarina, que na sua tramitação vai receber um substitutivo global, porque as contribuições dos segmentos foram muito enriquecedoras e com isso teremos uma lei, quando aprovada por esta Casa e sancionada pelo governador, que poderá ser aplicada com eficiência e eficácia, não ficando na prateleira apenas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo por abordar um tema tão importante como o câncer bucal, que já é um problema de saúde pública no Brasil. Até existe o Programa Nacional de Saúde Bucal, através do qual são feitos diagnósticos e encaminhamentos, mas há necessidade de criarmos melhores condições para o atendimento dos pacientes.

A oncologia é uma área que está muito evoluída e na qual os diagnósticos estão cada vez mais precisos, como v.exa. relatou, pela capacidade técnica dos profissionais em fazer o diagnóstico precoce.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, pela sua colocação, certamente muito procedente, já que v.exa. é profissional da área da saúde, é um médico, e fala com conhecimento de causa sobre o assunto.

Eu quero ainda aproveitar os minutos restantes para mais uma vez fazer um apelo ao governador Raimundo Colombo, ao secretário da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, no sentido de que sejam concluídos os estudos referentes ao projeto de lei que cria o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região da Grande Florianópolis, para que tenhamos a implantação da primeira região metropolitana no estado, já que foi publicado, no último dia 16 de setembro, o acórdão do Supremo Tribunal Federal em função de uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo estado do Rio de Janeiro, que definiu claramente que assuntos de caráter metropolitano não dizem mais

respeito única e exclusivamente aos municípios, mas, de forma compartilhada, aos estados.

Portanto, Santa Catarina tem que iniciar esse processo e decorre daí a nossa solicitação, que se restringe à criação e implantação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Nós temos, na verdade, 11 regiões metropolitanas criadas por lei proposta por esta Casa, mas até agora nenhuma delas foi implementada, e isso se deve às dificuldades que certamente o governo do estado tem em implantar todas de uma vez só. Entretanto, é preciso dar início ao processo e a minha sugestão é que comecemos através de um projeto piloto na Grande Florianópolis, para depois estendê-lo às demais regiões do estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Na verdade, v.exa. teve, hoje pela manhã, uma atitude nobre com os surdos, mudos, deficientes visuais, autistas, enfim, com as pessoas que necessitam de um aporte financeiro melhor.

Foi aprovado hoje, na comissão de Finanças e Tributação, um aporte financeiro para as instituições que cuidam dessas pessoas. Nós, deputados estaduais, aprovamos o princípio de que principalmente os surdos e os mudos devam receber mensalmente uma parcela de recursos do Fundo Social, como ocorre com as Apaes.

Então, estão de parabéns a Assembleia Legislativa, a comissão de Finanças e v.exa., porque não levou dois anos para o projeto retornar para a pauta, o que mostra a sua agilidade.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Antônio Aguiar, quem merece os aplausos é v.exa., que é o autor de uma proposta muito importante para auxiliar financeiramente essas entidades que prestam um grande serviço aos deficientes físicos.

Felizmente, temos instituições excelentes no estado de Santa Catarina que prestam um serviço de assessoramento e acompanhamento a essas pessoas. E

v.exa. teve a sabedoria de propor esse projeto de lei, que depois de aprovado no âmbito das comissões, certamente, em curto espaço de tempo, será aprovado em plenário.

Parabéns a v.exa. pelo discernimento e pelo espírito público. Nós simplesmente cumprimos a nossa obrigação de fazer uma análise rápida, apenas uma semana, do projeto, devolvendo-o à comissão de Finanças no dia de hoje, onde recebeu o voto favorável da unanimidade dos seus membros. Tenho certeza de que assim que ele vier à deliberação do Plenário será também rapidamente aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, demais deputados que acompanham esta sessão e telespectadores da TVAL, primeiramente, gostaria de dar um esclarecimento sobre a questão da mudança de partido que muito se comenta nesses últimos dias.

Lá em Joinville há um comentário bastante interessante acerca da mudança de partido de algumas figuras políticas da cidade. Comenta-se que o vereador Patrício Carlos Destro vai mudar de partido; dizem que José Carlos Vieira se filiou ao PSD e que o seu irmão, José Aloísio Vieira, da Pró-Rim, também se filiou ao PSD, novos parceiros do deputado Kennedy Nunes. O vereador Maycon Cesar Rocher da Rosa saiu do PR e deve encontrar abrigo em outro partido. Rodrigo Coelho, vice-prefeito de Joinville, também está procurando abrigo em outro partido. Eu não sei se ele já saiu do PTD, parece-me que está indo para o PSB, o mesmo destino que deverá tomar o vereador Patrício Destro.

Muitas pessoas vêm perguntar qual é o destino do deputado Nilson Gonçalves, se é o PMDB; inclusive, muitos já me colocaram lá. Dias atrás cheguei a ler em jornais que eu já havia assinado a ficha de filiação no PMDB, no PR e no PP. Eram essas as três siglas mais comentadas como destino deste deputado.

Realmente, se existiu fumaça é porque houve um pouco de fogo, vamos dizer assim. Existia a possibilidade deste deputado mudar de partido, por conta de situações que, no meu entendimento, não estavam resolvidas. Eu havia tentado junto à direção do partido e não havia conseguido uma solução. Assim, como eu não tinha recebido uma solução definitiva do partido, entendi que deveria procurar abrigo em outra sigla partidária.

Não nego também que tive conversas com o meu particular amigo, deputado Jorginho Mello, que foi quem me trouxe para o PSDB. O hoje deputado federal Jorginho Mello, responsável pela sigla do PR em Santa Catarina, foi quem me trouxe para o PSDB e queria que eu fosse para o PR com ele. Existiu essa conversa, não vou negar. Conversamos bastante, mas me sinto confiante para utilizar o horário do PSDB porque estou sentindo-me confortável no partido pela forma com que fui tratado. Senti-me valorizado a partir do momento em que decidi definitivamente sair do partido. Senti que a partir dali o partido passou a me tratar com o devido respeito que acho que mereço ter nessa sigla partidária pelos anos que transito no partido e pelo número de mandatos que tenho nesta Casa.

Tive uma conversa preliminar e bastante interessante com os senadores Paulo Bauer e Aécio Neves dias atrás, lá em Brasília. Foi uma conversa muito amistosa, muito interessante e que redundou numa nova reunião em Florianópolis com o senador Paulo Bauer, hoje presidente do PSDB. Pudemos, depois de uma hora e meia de conversa franca, sincera, honesta, transparente, olho no olho, assumir compromissos. O senador, em nome do partido, assumiu compromissos com este deputado que, em contrapartida, assumiu também compromisso

com o partido e com o senador de continuar firme e forte no PSDB.

Acho que a partir de agora este deputado terá tranquilidade para continuar trabalhando, para continuar na sua preparação para a eleição do ano que vem, quando ajudará o PSDB a se fortalecer em Santa Catarina da melhor forma possível.

Era isso o que eu tinha a declarar oficialmente, embora a maioria, principalmente repórteres e colunistas políticos, já soubesse disso. Eu gostaria que ficasse registrado que definitivamente continuo no PSDB com muito orgulho, com muito prazer e que ocupo, inclusive, a posição de representante do partido para falar da tribuna.

Dito isso, sr. presidente, gostaria de me referir ao episódio de São Francisco do Sul e tecer alguns comentários sobre o que lá aconteceu, deixando aqui registrado um elogio ao prefeito Luiz Roberto de Oliveira, o Zera, com quem não tenho ligação política. Conheço o Zera de longa data, desde o tempo que eu tinha minha lavanderiazinha lá na rua Babitonga e ia com o meu fusquinha buscar as roupas do navio, que o pai dele, o Chico, trazia até o porto.

Conheço o Zera dessa época, ele era menino ainda, e não tenho com ele grande intimidade ou a liberdade das grandes amizades. Converso com ele respeitosamente, tenho com ele uma relação respeitosa e, inclusive, ele não pertence à mesma agremiação partidária que eu. Lembro até que uma pessoa ligada a mim no porto de São Francisco do Sul foi demitida por ele, mas isso não deixou qualquer resquício de mágoa e nem empanou nossa cordial relação. Entendi que ele, como prefeito, tinha o direito de fazer o que fez; assim, se ele entendeu que deveria demitir aquele funcionário ligado a mim, tudo bem! Fez e está feito.

O que eu quero dizer é que nesse episódio o prefeito Zera, diante do pânico todo que se estabeleceu em São Francisco do Sul, agiu como um verdadeiro timoneiro, um verdadeiro capitão de navio. Na hora em que começou a evacuação da cidade, a sua própria família pediu-lhe para se

retirar, mas ele em momento algum se afastou da cidade, mesmo com o risco todo que corria. Não se afastou da cidade, manteve-se firme, com medo, dizia ele, inclusive, com medo, mas, acima de tudo, cumprindo com o seu dever cívico de prefeito de estar à frente das ações. Não sabíamos nós, dizia ele, se estávamos à frente de uma hecatombe, de uma catástrofe, nem o que viria pela frente. Mas se manteve firme à frente dos seus funcionários, aqueles que ficaram com ele, da Defesa Civil, do pessoal do porto, dos bombeiros, do Exército, enfim, de todos que se irmanaram para sanar o problema em São Francisco do Sul.

Acho que desse tipo foi o primeiro que aconteceu em todo o Brasil, o que certamente vai alertar outros portos a tomarem providências para que não se repita o que aconteceu em São Francisco do Sul.

De qualquer maneira, quero deixar registrados a minha admiração e o meu respeito a todos que se envolveram na defesa da cidade de São Francisco do Sul, especialmente o seu prefeito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a falta de representantes das bancadas do PT, PP, PCdoB e PSD, esta Presidência vai suspender a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0009/2013, 0209/2013, 0253/2013, 0272/2013, 0285/2013, 0300/2013, 0324/2013, 0339/2013, 0341/2013, 0370/2013, 0379/2013, 0407/2013, 0420/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0295/2013, de autoria dos deputados Joares Ponticelli, Silvio Dreveck e outros, que altera a Lei n. 2.241, de 1959, que declara de

utilidade pública a Associação Hospitalar Rio Negrinho e a Maternidade Nossa Senhora das Graças, do município de Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente do PMDB de São João do Sul, Ronivon de Matos, que vem a ser sobrinho do presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp, e também do vereador Paulo Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença das autoridades por v.exa. nominadas.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0302/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera o art. 3º da Lei n. 7.581, de 1989, que cria o município de Timbó Grande.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0380/2013, de autoria do

deputado Mauro de Nadal, que altera o art. 2º da Lei n. 10.657, de 1998, que autoriza a doação de imóvel no município de Cunha Porã.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0327/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Lauro Müller (Ginásio de Esportes Nelson Righetto).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0643/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de tecer alguns comentários sobre essa indicação que é dirigida ao governador do estado, solicitando medidas administrativas para que os profissionais colocados à disposição da Associação de Amigos do Autista do município de

Joinville possam atender 16 horas semanais os seus alunos.

Isso decorre, sr. presidente, de uma solicitação da AMA, que está enfrentando uma série de problemas em relação a esse item. E gostaria de pedir a v.exas. - e farei por escrito, inclusive - que a AMA pudesse trazer aqui o abaixo assinado bastante extenso que elaborou, para que possa proceder à entrega a esta Casa.

Gostaria, inclusive, sr. presidente, que no dia em que eles estiverem aqui v.exa. também estivesse na Casa, para que eles fizessem a entrega desse abaixo assinado, porque estão passando, realmente, por dificuldades em relação ao ensino às crianças autistas de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. como integrante da Mesa e deste Parlamento sabe que temos procurado dar muito atenção à causa das pessoas com deficiência. V.Exa. traz um assunto extremamente relevante, ao qual vamos dar, como a outras questões das pessoas com deficiência, muita atenção.

Dando continuidade, a Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0644/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0645/2013, 0646/2013 e 0647/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0648/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; e 0649/2013, 0650/2013 e 0651/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.064/2013 e 1.065/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.068/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.069/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.070/2013 e 1.071/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.072/2013, 1.073/2013, 1.074/2013 e 1.075/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica ainda que recebeu o Ofício n. 225/2013 com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“Os líderes desta Casa vêm requerer a suspensão da sessão ordinária, depois da Ordem do Dia, do dia 2 de outubro pelo tempo estipulado regimentalmente, para que o excelentíssimo sr. prefeito municipal de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, e a rainha da XXV Schützenfest possam apresentar as informações relacionadas à tradicional festa do tiro que ocorrerá de 10 a 20 de outubro de 2013 em Jaraguá do Sul.”

Assinam o presente requerimento deputado Carlos Chiodini e os demais líderes de bancada.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do vice-prefeito do município de Iraceminha, sr. Jeri Tumelero; do presidente da Câmara Municipal, vereador Danir Alfonso Chiéle; e do vereador Evandro Rauber, que estão acompanhando a sessão desta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a presença das autoridades nominadas pelo eminente deputado Maurício Eskudlark.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão. Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, catarinenses presentes no plenário, meu amigo ex-deputado e hoje prefeito da bela cidade de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, vou ler um e-mail que recebi de um grupo de mulheres, deputado Sargento Amauri Soares, que participaram do último concurso público da Polícia Militar e que passaram em todas as provas, deputado Mauro de Nadal, mas não estão

conseguindo ser chamadas por conta do percentual de 6% que temos em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Em virtude da abertura do Edital n. 015/2013 para a investidura do cargo de soldados o qual prevê 1.000 vagas, dentre essas somente 6% são destinadas ao sexo feminino, mesmo sendo para a mesma função, cargo e atribuições, houve essa discriminação de gênero, a qual reivindicamos em razão da Constituição Federal prever a igualdade entre homens e mulheres.

Todavia, saiu o resultado final das vagas e dessas 1.000 apenas 857 foram preenchidas, sendo 765 homens e 92 mulheres. Além disso, somente o sexo feminino preencheu o cadastro de reserva, ou seja, todos os homens foram convocados.

Além disso, o governador, durante o trâmite do concurso, deliberou mais 500 vagas, as quais serão preenchidas por novo concurso no final deste ano. Todavia, vagas para o sexo feminino não serão oferecidas em virtude do atual concurso ter mulheres no cadastro de reserva.

O interesse das mulheres no cadastro de reserva é no sentido de ampliar esse percentual discriminatório e desnecessário de vagas e, por conseguinte, remanejar as vagas vacantes para o cadastro de reserva formado pelo sexo feminino e assim todas serem convocadas.

Como exemplo, podemos citar o último concurso dos bombeiros do estado de Santa Catarina, que remanejou as vagas que não foram preenchidas pelo sexo masculino para o feminino.

Além disso, Santa Catarina é o único estado com essa mínima porcentagem, pois outros editais de concurso para a Polícia Militar - e citamos o estado do Paraná - inseriram 50% das vagas para cada sexo, não havendo qualquer tipo de discriminação. Se isso ocorre, é notório que essa porcentagem é totalmente discriminatória e sem razão.

É inegável que as mulheres são altamente competentes para o preenchimento dessas vagas, tanto no enfoque intelectual quanto físico, pois se vislumbra no presente concurso que as melhores

notas são as femininas e o número de aptas nas fases posteriores foi excelente. Razão pela qual demonstra a capacidade das mulheres investirem no cargo de soldado do presente concurso por total competência, não havendo necessidade de discriminar qualquer uma das vagas.

Vale ressaltar que o que solicitamos não acarretará qualquer prejuízo para o governo, apenas estamos reivindicando um direito real, e as mulheres estão dispostas e comprometidas com a função que irão exercer, mostraram que são competentes desde o início das fases do presente concurso.

Em razão do número de vagas não preenchidas no atual concurso, a realização de um novo edital que convocará mais 500 vagas para soldados, proclamamos por justiça e igualdade entre homens e mulheres para requerer o remanejamento das vagas vacantes para o cadastro de reserva formado pelo sexo feminino e ampliar esse percentual de vagas, tendo em vista a quantidade significativa de candidatas do sexo feminino aptas em todas as fases à espera de convocação.”[sic]

Esse é o *e-mail* que recebi das meninas que fizeram o concurso público.

Mas quero relatar uma coisa aqui, sr. presidente. Eu disse anteriormente, deputado Dirceu Dresch, daquele microfone do aparte, que teríamos problemas no concurso público da Polícia Militar, porque não teríamos aprovados suficientes para preencher as vagas e que iriam sobrar mulheres por conta desse tal percentual de 6%. Dito e feito, há 143 vagas em aberto, deputado Sargento Amauri Soares, mas há 211 mulheres que passaram em todas as fases do concurso e que estão aptas a entrar na PMSC, mas que não conseguem por conta desse percentual de 6%.

E eu fui buscar a história desse percentual. Ele foi colocado na lei porque as Forças Armadas usam-no. Só que, imagino eu, Força Armada é uma coisa e Polícia Militar é outra. Não dá para dizer que são instituições iguais.

Então, o governo do estado precisa tomar uma atitude. Precisa tomar. Assim como tomou - e nós

agradecemos ao governador Raimundo Colombo, ao secretário César Grubba e ao próprio comandante do Corpo de Bombeiro Militar - no caso daquelas meninas que fizeram o concurso público para bombeira e que foram chamadas apesar de as vagas serem masculinas.

Esta Casa precisa tomar uma posição. Por quê? Porque pela lei os aprovados para as novas 500 vagas que o governador anunciou só poderão ser chamados depois dessas 211 mulheres que ficaram na reserva. Porque a lei não fala na reserva, a lei fala em quem passou no concurso e automaticamente dos 500 não poderá ser chamado nenhum sem que antes sejam chamadas essas 211 que estão na reserva.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, meus parabéns pelo pronunciamento.

Também tive a oportunidade de conversar, no final da manhã de hoje, com uma das moças aprovadas. Concordo com tudo o que v.exa. disse e ressalto que ainda poderá ser pior, porque das 1.000 vagas, apenas 60 são para as mulheres e já entraram 90, sendo que 30 delas em função de um mandado de segurança. Então, lá na frente o comando pode até diminuir esse número.

Apresentamos emendas, tentamos emplacar que fosse no mínimo 6%, porque a lei fala em 6% no máximo. Devemos fazer essa mudança e quero, juntamente com v.exa. e os demais pares, apelar ao governador do estado, porque dá tempo de fazer essa mudança para que, pelo menos, daqui até o próximo concurso haja uma solução mais justa. Porque senão serão somente 30.

Obrigado pelo aparte e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Entendo que precisamos tomar isso como uma questão do Parlamento, afinal de contas foi esta Casa que aprovou esse percentual máximo de 6%.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer-lhe que recebi vários *e-mails* dessas moças aprovadas que estão na reserva. Acho que a Assembleia tem que procurar, através de uma alteração legal, corrigir essa situação.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado! Realmente, precisamos mudar essa lei discriminatória!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, meu colega deputado Altair Silva, que novamente está conosco nesta Casa lutando pela nossa agricultura e pelo nosso oeste.

Cumprimento também os nossos amigos de Iraceminha e dou-lhes as boas-vindas a esta Casa.

Eu quero tratar rapidamente de dois assuntos que estivemos acompanhando nas últimas semanas.

Primeiramente, quero referir-me à visita que fiz, na última quinta-feira, a Cerro Negro, mais precisamente à UHE Garibaldi, onde nos encontramos com um conjunto de entidades. Estávamos representando o Parlamento catarinense e fomos *in loco* verificar as denúncias, as críticas, as reclamações dos agricultores, cerca de mil famílias, atingidos pela barragem.

Quero reafirmar, sr. presidente, o que disse na semana passada e na audiência pública. Os representantes da Triunfo, da Rio Canoas e da OAB acompanharam a visita e não temos dúvidas de que há um conjunto de questões que precisam ser resolvidas, Há estradas que ficaram dentro de APP, há matas e araucárias submersas, há indenizações que não foram devidamente calculadas, boa parte

dos agricultores que possuíam terras planas foram deslocados para morros, onde precisam derrubar capoeirão para poder sobreviver. Então, é uma situação muito crítica. É lamentável o que vimos lá.

Muitos agricultores deram depoimento chorando, falando da pressão que sofreram. Diziam assim: ou acerta com o que a empresa oferece ou vá para a Justiça. É claro que o agricultor se assusta, pois pensa que na Justiça o processo pode rolar por dez, 20 anos.

Felizmente, o Ministério Público também assumiu a questão e hoje pela manhã o promotor de Justiça de Lages, dr. Nazareno, chamou os agricultores para uma conversa. Porque chegamos a fazer uma reclamação, ontem pela manhã, para o dr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça, pois lá está sendo feito um termo de ajustamento de conduta, mas só há duas partes representadas. Não há representação dos agricultores, que é o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

Com relação a essa reunião realizada pela manhã ainda não temos o resultado. Devemos ter a visita do Ministério Público Federal na próxima segunda-feira. A informação que temos é que a empresa já está dialogando de outra forma com os agricultores, pois havia sido construída uma ponte, que na primeira chuva caiu. Era uma ponte sem pilar. Havia cinco barcas, mas nenhuma está funcionando. Então, o deslocamento está-se dando apenas de barquinho.

A vida das pessoas daquela comunidade foi totalmente afetada no que diz respeito ao deslocamento das crianças para a escola, ao acesso entre os municípios. Leva-se uma hora e meia para chegar de um município ao outro, em função do contorno que precisa ser feito. A questão precisa ser tratada com seriedade e agilidade e é isso o que esperamos a partir dessa visita. Estamos fazendo um relatório de tudo para entregar ao Ministério Público Estadual e Federal, para esta Casa e para diversos órgãos.

Além disso, tivemos, na última segunda-feira, uma audiência pública em Alfredo Wagner, onde

ficou clara a preocupação dos plantadores de cebola com a fiscalização do Ministério Público do Trabalho. Nessa audiência estiveram presentes quase mil agricultores da região, inclusive muitas pessoas ficaram do lado de fora assistindo por um telão. Compareceram também fiscais do Trabalho, prefeitos, representantes do Ministério Público do Trabalho, desta Casa e de sindicatos de diversas entidades.

Decorrente dessa audiência pública, tivemos há pouco uma reunião com o novo superintendente regional do ministério do Trabalho e Emprego em Santa Catarina, Luiz Miguel Vaz Viegas, e com um representante do ministro do Trabalho, Manoel Dias, que veio de Brasília para discutir essa questão. Dessa reunião foi tirado um encaminhamento que, na minha avaliação, é extremamente positivo. Até dia 14 faremos um conjunto de propostas para readequar a Normativa 30 que regulamenta a questão da fiscalização. Mesmo porque tenho claro que, a partir de 2006, com a criação, por lei, da agricultura familiar, precisamos diferenciar o tratamento do médio e do grande produtor, que tem mão de obra contratada, que é empregador de fato, com o agricultor familiar, que contrata seus vizinhos apenas no período da colheita. Essa diferença precisa ser levada em conta, porque é uma cultura histórica inclusive. A comunidade se reúne e faz a roça de um e de outro agricultor. E o ministério do Trabalho entende que isso fere os direitos trabalhistas. Assim, não permitem que um agricultor ajude na propriedade do vizinho, almoce lá etc.

Nós precisamos corrigir isso. Este país tem muito a andar ainda na questão do aperfeiçoamento da legislação e justamente respeitar essa diversidade. A agricultura familiar vive de uma forma diferente. Nós temos a polêmica dos jovens que até os 16 anos não podem trabalhar, das crianças que não têm creche nas comunidades e precisam ficar junto com os pais na lavoura. Essas questões não são tratadas de forma diferenciada.

Precisamos avançar muito ainda na elaboração da legislação trabalhista.

Eu sempre falo que o jovem precisa estudar, precisa ter tempo para brincar. Agora, o jovem que não aprendeu a trabalhar na agricultura até os 16 anos, não aprende mais.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que pensei que a fiscalização do ministério do Trabalho, que é comandado pelo PDT, estivesse agindo mais na minha região, Imbuia. É bom saber que está também atuando na sua região.

Todos conhecem o nosso compromisso na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Agora, eu me pergunto: será que há o mesmo rigor nas grandes empresas, nos frigoríficos da BRF, antigas Perdigão e Sadia? Parece-me que não, porque lá há muitos trabalhadores sendo mutilados pelas más condições de trabalho.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - É isso que precisamos perceber e acompanhar de perto. Nós também entendemos que o trabalhador brasileiro tem que ser valorizado na condição de trabalho. E é sobre isto que queremos discutir nos próximos dias: uma normativa que reconheça essa cultura histórica da nossa agricultura familiar, pois não dá para exigir o cumprimento de todas as regras quando se contrata uma pessoa por 30 dias, para prestar um serviço determinado. Isso precisa ser entendido e a legislação precisa ser melhorada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte

Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.